

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU**DESTINADO AO COMISSÁRIO INDIGITADO****Virginijus SINKEVIČIUS****Comissário indigitado para o Ambiente e os Oceanos****1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoal que considera particularmente relevantes para exercer as funções de Comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão? Como tenciona aplicar na prática a integração da perspectiva de género e integrar esta última em todas as áreas políticas da sua pasta?

Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

Nasci após o restabelecimento da independência da Lituânia e cresci quando o meu país dava os primeiros passos no sentido de se tornar membro da União Europeia. Por conseguinte, a ideia europeia está no meu ADN. Não posso imaginar a Lituânia sem a Europa. Para mim, a Europa é sinónimo de liberdade e oportunidade. A Europa foi sempre a minha motivação. Pude utilizar os benefícios da Europa, desde viagens e estudos gratuitos noutros países europeus até à concretização das minhas ideias na política. É por isso que irei sempre lutar pela Europa e trabalhar por ela, seja qual for a posição para a qual venha a ser nomeado no futuro.

A minha carreira política começou quando fui eleito deputado ao Parlamento nacional pela freguesia de Šeškinė, em Viena, onde nasci, depois de visitar cerca de 10 000 apartamentos e de me reunir com pessoas do meu círculo eleitoral. Tive a honra de representar as pessoas não só como deputado, mas também como presidente da Comissão de Economia, membro da Comissão de Ética e chefe da delegação à Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE).

Também tive a honra de ser ministro da Economia e da Inovação da Lituânia. Nessa qualidade, participei no Conselho (Competitividade) e apoiei iniciativas a nível da UE. Este cargo permitiu-me apresentar uma série de iniciativas importantes a nível nacional, como uma reforma da inovação, um pacote de digitalização da indústria, uma das primeiras estratégias nacionais de inteligência artificial da UE, um pacote de desenvolvimento de ecossistemas para as empresas em fase de arranque e uma estratégia em matéria de ciências da vida. Em termos de iniciativas verdes, devo realçar os instrumentos financeiros que foram desenvolvidos em cooperação com outros ministérios para impulsionar a eficiência energética das empresas na Lituânia e reduzir a poluição através daecoinovação. Acredito firmemente que os meus

conhecimentos da indústria e da inovação são importantes quando se trabalha com desafios ambientais e marinhos. A inovação será fundamental para lhes dar resposta.

Estou verdadeiramente empenhado em tornar o Pacto Ecológico Europeu uma realidade, dando cumprimento às orientações políticas da presidente eleita. Ajudarei a concretizar as nossas ambições em matéria de clima, em paralelo com a criação de postos de trabalho e o crescimento sustentável. Apresentarei uma nova estratégia da biodiversidade para 2030, que olhe para todas as vertentes, da rede Natura 2000, à desflorestação, à degradação dos solos, à proteção das espécies e dos *habitats*, e aos mares e oceanos sustentáveis. Contribuirei também para a concretização da nossa ambição comum de pôr termo à poluição, o que exigirá uma abordagem muito abrangente em relação à qualidade do ar e da água, aos produtos químicos perigosos, às emissões de poluentes, aos pesticidas e aos desreguladores endócrinos. Também impulsionarei um novo plano de ação para a economia circular. Devemos acelerar a transição da Europa para um modelo económico circular. Isto é essencial para criar uma economia competitiva e preparada para o futuro. Estou plenamente empenhado na prosperidade e sustentabilidade da pesca e numa pujante economia azul. Por isso, concentrar-me-ei na plena aplicação da política comum das pescas, que submeterei a avaliação em 2022, para determinar como abordar as questões que não estão suficientemente cobertas na política atual. Precisamos de uma política comum das pescas que funcione simultaneamente em prol dos pescadores, das comunidades costeiras e do ambiente. A UE é líder mundial em matéria de governação dos oceanos. Desejo que os nossos princípios de sustentabilidade sejam respeitados a nível mundial, pelo que trabalharei firmemente nesse sentido. Também tomarei a iniciativa para desenvolver uma nova abordagem da economia azul sustentável, fruto da combinação de elementos como o conhecimento e a investigação do meio marinho, o ordenamento do espaço marítimo, as fontes de energia renováveis marinhas, o investimento azul e a cooperação marítima regional.

Gostaria igualmente de destacar dois importantes princípios que orientarão a minha atuação, caso seja confirmada a minha nomeação. Durante o meu mandato, velarei por que as políticas da minha pasta contribuam para uma sociedade mais justa, sem deixar ninguém para trás. As políticas climáticas e ambientais ambiciosas promovem, por si só, uma maior justiça social, uma vez que melhoram a saúde, a qualidade de vida e o bem-estar de todos. Mas eu quero ir mais longe para assegurar que a transição verde funciona para todos. Precisamos de medidas específicas para melhorar a resiliência das pessoas e das comunidades vulneráveis. A adoção do anunciado fundo para a transição justa será fundamental para assegurar medidas de acompanhamento. Em segundo lugar, devemos garantir que as nossas políticas assentam em provas. Uma parte importante deste processo é dispor de uma base científica sólida, motivo pelo qual trabalharei em estreita colaboração com os fornecedores de conhecimentos, como a Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA), a Agência Europeia do Ambiente (AEA) e a comunidade científica em geral. Políticas bem concebidas, baseadas na compreensão rigorosa da ciência e dos impactos ambientais, económicos e sociais, são mais fáceis de aplicar e geram mais benefícios para todos.

Enquanto deputado e ministro, mostrei-me muito aberto na forma de abordar a elaboração das políticas, mantendo reuniões periódicas no meu círculo eleitoral, visitando as regiões da Lituânia e aproveitando também todas as possibilidades que oferece a era digital para estar à escuta da sociedade. Caso se confirme a minha nomeação, comprometo-me a continuar com a mesma postura: interagindo com o Parlamento Europeu, visitando os Estados-Membros e mantendo encontros com os cidadãos, bem como promovendo as políticas da UE pelas que sou responsável, com todas as ferramentas digitais, para assim garantir a visibilidade da agenda estratégica da Comissão nos meus domínios de atuação.

Acredito firmemente na integração da perspectiva de género. Enquanto ministro, fui partidário e promotor da iniciativa «*Women Go Tech*», que visa aumentar a participação das mulheres nas tecnologias de informação e na engenharia na Lituânia. O número de participantes no programa duplicou todos os anos, com o consequente aumento do número de mulheres que optam por trabalhar em empresas tecnológicas. Gostaria de prosseguir na mesma linha e integrar a perspectiva de género em todos os domínios políticos da minha pasta na Comissão Europeia. Este planeta é o único que temos. Por isso, os desafios e as soluções ambientais exigem a participação de todos os europeus, independentemente do género, da idade, da religião ou de quaisquer outras diferenças. A perspectiva de género será importante para concretizar o meu programa. A presidente eleita Ursula von der Leyen atribuiu uma elevada prioridade no seu programa à igualdade entre homens e mulheres e comprometeu-se a dar o exemplo, constituindo um Colégio totalmente paritário. Tenciono aplicar o mesmo princípio à minha equipa. Procurarei assegurar o equilíbrio de género em todas as atividades organizadas pelos meus serviços, por exemplo em debates e grupos de peritos. A nível interno, velarei por que os meus serviços prossigam uma forte política de igualdade de género.

No que respeita às minhas garantias de independência, respeitarei na íntegra a letra e o espírito do Tratado, em especial a obrigação de agir no interesse europeu e sem aceitar instruções de nenhum Governo nem de outra instituição, organismo, gabinete ou entidade. Honrarei igualmente o Código de Conduta dos Membros da Comissão Europeia e as suas disposições sobre conflitos de interesses. A minha declaração de interesses está completa e acessível ao público e atualizá-la-ei rapidamente caso seja necessária alguma alteração.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

De que modo avaliaria o seu papel enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por ações suas ou dos seus serviços?

Que compromissos específicos está disposto a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação e de tomada em consideração efetiva das posições e pedidos ao Parlamento em matéria de iniciativa legislativa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

Tenho orgulho de fazer parte da equipa da presidente eleita Ursula von der Leyen. Vejo o meu papel como membro do Colégio como um trabalho de estreita colaboração com os outros membros. Caso se confirme a minha nomeação como membro da Comissão responsável pelo Ambiente e Oceanos, tenciono trabalhar no sentido de assegurar que o ambiente, a economia azul e o setor das pescas formem parte integrante do Pacto Ecológico Europeu. Para o efeito, trabalharei em estreita colaboração com o vice-presidente executivo responsável por esta matéria, assim como com outros membros do Colégio. Os desafios que enfrentamos nos domínios do ambiente e dos oceanos dizem respeito a todos nós. Caso se confirme a minha nomeação, esforçar-me-ei por conseguir uma integração real das prioridades em matéria de ambiente e de biodiversidade em todos os domínios de intervenção, a fim de assegurar uma mudança sistémica eficaz. Para concretizar as nossas ambições em matéria de clima e ambiente, é necessário garantir coerência política e o apoio mútuo das nossas políticas.

Enquanto ministro e membro de um parlamento nacional, atribuí sempre grande importância aos trabalhos parlamentares. Por conseguinte, considero necessário assegurar o envolvimento adequado do Parlamento Europeu, se queremos que a nossa ação seja ambiciosa e responda às expectativas dos nossos cidadãos. Penso que esta participação deve basear-se nos princípios da abertura, da confiança mútua, da eficiência e do intercâmbio regular de informações. Por isso, caso se confirme a minha nomeação, assegurarei uma cooperação alargada com os deputados do Parlamento Europeu em todos os projetos mais importantes do meu mandato, no pleno respeito dos Tratados. Prestarei contas perante o Parlamento Europeu e desejo manter uma cooperação regular, frutífera e construtiva com as comissões ENVI, PECH ou qualquer outra comissão. Irei gerir as minhas interações com o Parlamento de forma aberta, transparente e construtiva, a fim de estabelecer relações de confiança mútua.

Estou, também, fortemente empenhado em aplicar as amplas disposições sobre transparência e fluxo de informações que figuram no Acordo-Quadro relativo às relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão e no Acordo Interinstitucional «Legislar Melhor». A presidente eleita apoia o direito de iniciativa do Parlamento Europeu. Comprometeu-se a que a Comissão dê seguimento às resoluções parlamentares aprovadas por maioria dos seus membros com um ato legislativo, no pleno respeito dos princípios da proporcionalidade, da subsidiariedade e de legislar melhor. Estou plenamente de acordo com este objetivo e trabalharei em estreita colaboração com as comissões competentes para garantir que a Comissão atue em conformidade nas áreas que são da minha competência.

Sei que o fornecimento de informações e documentos é um aspeto essencial do aprofundamento da parceria entre o Parlamento Europeu e a Comissão. O Tratado de Lisboa estabelece a igualdade entre o Parlamento Europeu e o Conselho enquanto colegisladores. Neste sentido, velarei por que ambos sejam informados, em consonância com as respetivas competências derivadas dos Tratados, acerca de todos os dossiês em que participem. Comprometo-me igualmente a manter o intercâmbio construtivo de informações sobre as negociações internacionais nos dois componentes da minha pasta. O primeiro marco importante será a 15.^a Conferência das Partes na Convenção sobre a Diversidade Biológica que se realizará na China em 2020. A este respeito, velarei por que se informe regularmente o Parlamento Europeu em todas as fases do processo.

Perguntas da Comissão das Pescas

3. Quais são as suas ambições para os próximos cinco anos no que se refere ao desenvolvimento de políticas de pesca e aquicultura sustentáveis que estabeleçam um equilíbrio entre a conservação dos recursos haliêuticos e um setor das pescas seguro e rentável? Considera que uma reforma da política comum das pescas durante este mandato permitiria corresponder melhor aos desafios que se colocam?

É para mim um orgulho que se me ofereça a possibilidade de dirigir a pasta do ambiente e dos oceanos. No âmbito desta pasta, a pesca continuará a ser uma pedra angular, e trabalharei com dedicação para assegurar que a política comum das pescas cumpra os seus objetivos sociais, económicos e ambientais e proporcione alimentos de forma sustentável aos cidadãos.

A presidente eleita sublinhou, nas suas orientações políticas para a próxima Comissão Europeia de 2019 a 2024, que devemos ser uma União que se esforce por obter mais resultados. Farei tudo o que estiver ao meu alcance para tornar o setor da pesca e da aquicultura da UE mais próspero e sustentável. Sei que posso contar com a colaboração do

Parlamento Europeu para pôr em marcha este importante trabalho e, sem dúvida, darei prioridade à cooperação com a Comissão das Pescas. Na minha qualidade de comissário indigitado para a pasta do Ambiente e Oceanos, considero que a pesca e a aquicultura sustentáveis devem ser parte integrante da resposta da UE aos desafios mundiais, como o aumento da procura de alimentos e a crescente pressão que o impacto humano provoca no planeta. A UE já percorreu um longo caminho, por exemplo com a sua gestão cada vez mais sustentável das populações de peixes e o seu combate frutífero à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada em todo o mundo. Mas ainda temos muito a fazer, na União e a nível internacional, onde a UE deve dar o exemplo.

Em primeiro lugar, a plena aplicação da política comum das pescas será uma das principais prioridades do meu mandato, caso se confirme a minha nomeação. Temos de atingir o objetivo do rendimento máximo sustentável para manter o planeta saudável e assegurar o desenvolvimento das comunidades costeiras. Os factos falam por si: quando as populações de peixes estão saudáveis, os homens e mulheres que se dedicam à pesca obtêm maiores benefícios e, por sua vez, as comunidades costeiras prosperam. Em princípio, 2020 é o primeiro ano em que as populações de peixes têm de ser geridas de acordo com o objetivo do rendimento máximo sustentável. Isto exigirá vontade política e empenho de todas as partes. Além disso, onde a pesca sustentável não esteja ao nosso alcance já no próximo ano, há que intensificar os esforços para lá chegar e apoiar os homens e as mulheres do setor nesse processo. Isto é especialmente importante no Mediterrâneo, onde 87 % das unidades populacionais são objeto de sobre-exploração, em detrimento não só dos ecossistemas, mas também dos meios de subsistência e do futuro de quem vive da pesca. O comissário Vella criou um impulso político vigoroso e um compromisso em prol da pesca sustentável com todos os Estados ribeirinhos do Mediterrâneo e do mar Negro. Tenciono prosseguir esta trajetória em consonância com os compromissos políticos existentes. Seja para alcançar o rendimento máximo sustentável nas nossas bacias marítimas, para aplicar a obrigação de desembarcar ou para lutar contra a pesca ilegal, precisamos de dispor de regras de controlo adequadas à sua finalidade e de garantir condições de concorrência equitativas. Outro aspeto do controlo é a imposição das regras, a qual constitui uma condição prévia para alcançar uma pesca sustentável. Comprometo-me a tomar medidas coercivas e, por conseguinte, conto com o vosso apoio para reforçar o sistema de controlo das pescas na sua revisão em curso. Tal contribuirá não só para alcançar uma pesca sustentável, mas também servirá de reconhecimento à grande maioria dos pescadores que respeitam as regras. A transição para uma pesca sustentável em muitas partes da UE nos últimos anos foi concretizada graças à determinação dos pescadores europeus, nomeadamente os da pesca artesanal. O investimento público deve apoiar os esforços dos pescadores e, por isso, é essencial chegar a acordo, o mais rapidamente possível, sobre um novo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas para o período de 2021-2027.

Em segundo lugar, e no âmbito de um Pacto Ecológico Europeu, gostaria de aproveitar o potencial dos produtos do mar como contributo para uma estratégia de sustentabilidade alimentar «do prado ao prato». Dado que a frota de pesca da UE desembarca mais de 5 milhões de toneladas de peixe e o setor aquícola coloca 1,4 milhões de toneladas de produtos do mar no mercado, temos um papel importante a desempenhar para garantir a segurança alimentar sustentável da UE. Neste sentido, as nossas ações consistirão em garantir que a nossa estratégia alimentar sustentável traga benefícios generalizados para todos, maior sustentabilidade económica dos setores da pesca e da aquicultura (incluindo a pesca artesanal) e minimize os impactos negativos no ambiente marinho. No contexto da estratégia alimentar sustentável, tenciono rever as atuais orientações estratégicas da Comissão para a aquicultura e

manter a aplicação do pilar de mercado da política comum das pescas, que também desempenha um papel essencial na consecução dos objetivos desta política.

Em terceiro lugar, a pesca sustentável não termina nas nossas fronteiras. A nossa frota atua em todos os mares e oceanos e importamos 60 % dos produtos da pesca. Esta situação acarreta uma enorme responsabilidade para nós. A UE deve continuar a ser um líder mundial no domínio da pesca sustentável e da governação dos oceanos de um modo mais geral. Em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, temos de promover a gestão das pescas assente em dados científicos e melhorar o controlo a nível mundial, através de todos os meios e instâncias: nas organizações regionais de gestão das pescas, nos organismos mundiais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e mediante acordos de parceria no domínio da pesca sustentável. Além disso, tendo em conta as estimativas segundo as quais um quinto das capturas a nível mundial são ilegais, não regulamentadas e não declaradas, a luta contra este flagelo será uma das minhas prioridades. Trata-se também de proporcionar condições de concorrência equitativas aos pescadores.

Em quarto lugar, tenciono trabalhar em estreita colaboração com o membro da Comissão responsável pelo Comércio para que a Europa lidere os debates na Organização Mundial do Comércio com vista a alcançar um acordo mundial que ponha termo às prejudiciais subvenções ao setor da pesca que contribuem para a sobrepesca, a pesca ilegal e o excesso de capacidade, respeitando assim o compromisso de cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Ao abordar a avaliação da política comum das pescas, prevista para o final de 2022, examinarei cuidadosamente se esta política continua a ser adequada para responder aos desafios atuais e futuros, como as alterações climáticas, o desenvolvimento socioeconómico e outras questões. Será indispensável o diálogo com o setor das pescas e a sociedade civil. Tenciono manter uma escuta ativa e atenta das opiniões de todas as partes interessadas, nomeadamente por ocasião das minhas visitas aos Estados-Membros. A Comissão das Pescas e todas as outras comissões do Parlamento Europeu que abrangem esta política serão parceiros privilegiados na hora de avaliar a atual política comum das pescas e refletir sobre o seu desenvolvimento futuro.

4. Como irá garantir e melhorar o procedimento de controlo das importações de produtos da pesca e da aquicultura e a conformidade dos mesmos com a legislação da UE, com o objetivo de aumentar a confiança dos consumidores?

A UE é líder mundial no comércio de produtos da pesca e da aquicultura. Em 2018, as importações provenientes de países terceiros atingiram o valor mais elevado dos últimos dez anos, situando-se em 26 500 milhões de euros. Por um lado, isto confere-nos uma enorme responsabilidade para com os cidadãos, que contam connosco e esperam ter garantias de que estas importações são seguras e cumprem a nossa legislação. Por outro lado, dá-nos argumentos para que os nossos parceiros comerciais se adaptem às nossas políticas e princípios, por exemplo em questões como a sustentabilidade e a governação dos oceanos.

Assumimos esta responsabilidade, em primeiro lugar, assegurando a procedência legal dos produtos importados. Já dispomos de muitos instrumentos que permitem atuar nesse sentido, como o regulamento sobre a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada e o regulamento de controlo da pesca. Porém, as cadeias de abastecimento no setor das pescas são complexas e

existe sempre um risco. É por esta razão que considero que temos de reforçar a rastreabilidade, não só dos produtos importados, mas também do mercado da UE em geral.

As tecnologias modernas desempenham um papel importante neste contexto. As ferramentas digitais podem ajudar-nos a garantir o respeito das nossas regras, a verificação da legalidade das capturas, o cumprimento da política comum das pescas e, no contexto da nossa política comercial, as regras de origem. O sistema digital CATCH à escala da UE para a gestão dos certificados de captura ilegal, não declarada e não regulamentada entrou em funcionamento há poucos meses e pode dar um impulso ao nosso trabalho em prol de controlos mais coerentes e eficazes das importações de produtos da pesca. Caso se confirme a minha nomeação, trabalharei estreitamente nesta matéria com os membros da Comissão responsáveis por outras políticas como a economia digital e a segurança dos alimentos.

É essencial garantir sinergias e coerência com outras políticas da UE, como a comercial e a aduaneira, as questões sanitárias e mesmo a informação dos consumidores. Tal permitirá que os cidadãos façam escolhas com conhecimento de causa, baseando-se em critérios de qualidade, segurança e sustentabilidade. Ajudar-nos-á também a reduzir os encargos administrativos desnecessários, cumprindo assim um dos princípios fundamentais do programa da presidente eleita.

Caso se confirme a minha nomeação, continuarei naturalmente a aplicar uma política de tolerância zero em matéria de pesca ilegal, não declarada e não regulamentada. Esta política, em que a UE é líder mundial, tem-se revelado extremamente eficaz. Os nossos parceiros comerciais sabem que não temos receio de utilizar o nosso poder de mercado para fazer cumprir as regras, em condições de diálogo e respeito mútuo, independentemente da relação comercial preferencial que possa existir entre um país terceiro e a UE.

A este respeito, considero importante continuar a trabalhar a nível bilateral com os nossos principais parceiros que partilham a mesma visão, e que são geralmente os maiores importadores de produtos da pesca, para os incentivar a melhorar os seus sistemas de controlo das importações e a empregar abordagens semelhantes à nossa.

Continuarei igualmente a insistir na melhoria da rastreabilidade e da transparência a nível internacional. Isto pode fazer-se de várias maneiras, por exemplo através de acordos comerciais bilaterais, mediante apoio a iniciativas multilaterais, como o desenvolvimento pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) de um registo global para os navios que exercem atividades de pesca, ou promovendo a aplicação de instrumentos internacionais, como as orientações voluntárias da FAO sobre os sistemas de documentação das capturas.

Estou convencido de que, mesmo no mercado da UE, há margem para melhorar ainda mais a transparência. Tal permitir-nos-á garantir uma concorrência mais justa entre os produtos da UE e os importados, assim como reforçar a confiança dos consumidores.

5. No tocante à sua pasta, como tenciona articular as políticas ambientais e os assuntos marítimos em geral com as pescas em particular?

Como uma das suas prioridades políticas, a presidente eleita pediu à equipa de comissários que, no caso de confirmação no cargo, velem por que a Europa lidere a transição para um planeta saudável e se converta no primeiro continente climaticamente neutro. Estes são dois dos maiores desafios e oportunidades da nossa época. O nosso mandato será decisivo para alcançar este objetivo. Os mares e oceanos do mundo estão na linha da frente. As alterações climáticas e a poluição já estão a afetar a temperatura da superfície do mar, a aumentar a

acidez dos oceanos e a reduzir a concentração de oxigénio. Isto repercute-se nos *habitats*, nos ecossistemas marinhos, nas populações de peixes e sua distribuição, podendo, em alguns casos, ameaçar a sobrevivência das espécies e pôr em risco a atividade económica dos pescadores.

Fortemente ligada às alterações climáticas, a proteção do meio marinho é outro desafio mundial. O relatório científico mais recente do Painel Internacional sobre as Alterações Climáticas avaliou os numerosos impactos alarmantes deste fenómeno nos oceanos e nos ecossistemas costeiros e polares, bem como nas comunidades que deles dependem. Reforçou a minha convicção de que a UE deve continuar a ser um líder mundial nesta luta contra as alterações climáticas, reforçando a articulação entre as políticas ambientais e os assuntos marítimos e pescas. O meu objetivo será alcançar, assim que possível, um acordo mundial sobre a biodiversidade no alto mar ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

A preservação do meio marinho e da sua biodiversidade não reverte só a favor da natureza. Oceanos resilientes e bem geridos permitem que os pescadores e as comunidades costeiras continuem a exercer as atividades das quais depende o seu sustento. Para cumprir os nossos ambiciosos objetivos de ambiente e sustentabilidade, considero fundamental o diálogo com todas as partes interessadas e os Estados-Membros. Para isso, vou precisar, em especial, da ajuda do Parlamento Europeu. Por conseguinte, comprometo-me a manter um diálogo permanente com a Comissão das Pescas e todas as demais comissões do Parlamento Europeu envolvidas nesta política, bem como a comunidade piscatória em geral. Visitarei também as comunidades costeiras repartidas pela Europa.

Considero que a correta aplicação da política comum das pescas é fundamental para a utilização sustentável dos recursos marinhos. Uma das minhas prioridades será atingir o objetivo do rendimento máximo sustentável e aplicar plenamente a obrigação de desembarcar. Ambos os conceitos refletem a orientação política certa, pelo que devemos ser audazes na sua aplicação. Os dados não mentem: a pesca a níveis sustentáveis permitiu à nossa frota registar lucros recorde, o que é benéfico para os pescadores e para as comunidades costeiras da Europa.

Uma vez que as atividades de pesca não devem ser consideradas de forma isolada, comprometo-me a reforçar as sinergias entre, por um lado, a proteção do ambiente marinho e, por outro, a garantia de práticas de pesca sustentáveis no âmbito da política comum das pescas. Estou convencido de que esta abordagem é benéfica para ambas as partes. As áreas marinhas protegidas são um instrumento que irei certamente analisar pelas perspetivas da pesca e do ambiente. Não basta criar áreas marinhas protegidas. Há que as ampliar, melhorar a sua conectividade e geri-las de forma mais eficaz, consultando com frequência as pessoas que serão mais afetadas e tendo plenamente em conta o que os cientistas nos dizem. Embora as medidas de conservação sejam importantes, é essencial que os pescadores, que possam ver-se diretamente afetados por elas, compreendam que essas medidas também compensam economicamente. Trabalharei com dedicação para atingir estes objetivos.

Numa época em que a concorrência pelos espaços marinhos está a aumentar, é fundamental assegurar a gestão sustentável dos mares e oceanos. Por conseguinte, chegou a hora de avaliar a aplicação da diretiva relativa ao ordenamento do espaço marítimo, que exige que os Estados-Membros estabeleçam, até março de 2021, planos de ordenamento do espaço marítimo baseados nos ecossistemas. Por exemplo, os planos dos Estados-Membros de quadruplicar, até 2030, a produção de energia a partir de fontes renováveis no alto mar fazem

sentido no contexto da neutralidade carbónica, mas também é necessário garantir que tal se processe em paralelo com a proteção do meio marinho da Europa. A proteção reforçada das espécies marinhas sensíveis faz parte da relação entre o ambiente e as pescas. Estou convencido de que precisamos de adotar medidas de atenuação da pesca em todas as bacias marítimas europeias, para proteger os mamíferos marinhos como as focas e os golfinhos, e as aves e as tartarugas marinhas. O novo regulamento relativo às medidas técnicas representa um passo na direção certa. Da minha parte, estou plenamente empenhado em tomar todas as medidas necessárias que ajudem a reforçar a resiliência dos ecossistemas marinhos.

Precisamos também de intensificar esforços para implementar a diretiva relativa aos meios portuários de receção e a responsabilidade alargada do produtor no respeitante às artes de pesca, a fim de incentivar a frota a trazer os resíduos e as redes de pesca rejeitadas de volta a terra. Trabalharei neste sentido em estreita colaboração com o meu colega responsável pelos Transportes.

O Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas contribuirá para financiar a recolha de lixo marinho, incluindo as artes de pesca, e apoiará um maior envolvimento do setor das pescas nestas iniciativas. Quero que os pescadores, homens e mulheres, participem e desempenhem um papel fundamental na transição ecológica. Eles conhecem bem os mares e os oceanos, pelo que só podemos ter êxito com o seu apoio e empenhamento. A proteção do meio marinho é um desafio mundial, intimamente ligado às alterações climáticas. Caso se confirme a minha nomeação, trabalharei com todas as partes interessadas e instituições envolvidas no desenvolvimento e aplicação dos meios que nos permitam enfrentar com êxito este desafio.

Perguntas da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar

6. Biodiversidade e desflorestação

Tendo em conta a insuficiência dos progressos realizados na consecução dos objetivos de 2020, como irá garantir que a UE cumpra os seus objetivos em matéria de biodiversidade e que a proteção da natureza se reflita em todos os domínios de ação da UE, incluindo a PAC? Compromete-se a adotar uma estratégia ambiciosa para a UE em matéria de biodiversidade para 2030, incluindo medidas juridicamente vinculativas? A nível mundial, como irá garantir que a Europa assuma a liderança na promoção de um acordo internacional ambicioso que conduza a progressos significativos e mensuráveis em todo o mundo? Como tenciona assegurar que a UE intensifique as suas ações destinadas a preservar os ecossistemas marinhos e costeiros e o que fará para que a UE cumpra o compromisso assumido de assegurar a conservação e a utilização sustentável dos oceanos e mares e dos recursos marinhos? Que medidas tomará nos próximos meses para intensificar a ação da UE, tanto no território como fora da UE, para cumprir o compromisso global de pôr cobro à desflorestação até 2020? Em particular, que medidas concretas e medidas legislativas proporia para garantir que nenhum produto colocado no mercado da UE esteja associado a práticas que provoquem a desflorestação e a degradação dos ecossistemas?

A biodiversidade e os ecossistemas saudáveis são essenciais para a resiliência da natureza, a vida e o bem-estar das pessoas e a própria economia. Embora se tenham registado alguns progressos, são necessários mais esforços para fazer face à perda sem precedentes de biodiversidade que enfrentamos atualmente. A presidente eleita comprometeu-se a «definir

novas normas para a biodiversidade no âmbito do comércio, da indústria, da agricultura e da política económica», e eu estou determinado a pô-lo em prática. Isto exigirá a integração dos objetivos de biodiversidade em todas as políticas pertinentes dos Estados-Membros e da UE, apoiando-se nas iniciativas estabelecidas nas orientações políticas. Por exemplo, os futuros acordos comerciais terão de estabelecer os mais elevados padrões de proteção do ambiente. Do mesmo modo, ao reorientar o Semestre Europeu para integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, demonstraremos como o ambiente e a proteção da biodiversidade fazem parte do desenvolvimento económico dos Estados-Membros. Outro exemplo é a proposta sobre a futura política agrícola comum. No contexto das negociações em curso entre os legisladores, é fundamental manter os elementos essenciais que permitem aos Estados-Membros apoiar os agricultores na transição para uma agricultura sustentável. Refiro-me, em concreto, às disposições respeitantes à condicionalidade reforçada, aos regimes ecológicos e à afetação de, pelo menos, 30 % dos fundos do segundo pilar a medidas ambientais e climáticas. Espero poder contar com a determinação do Parlamento Europeu em garantir estas disposições de importância fundamental.

Fui incumbido de assegurar que a Europa tome a dianteira para concluir um acordo ambicioso na Conferência das Partes na Convenção sobre a Diversidade Biológica, a decorrer na China em 2020, e de apresentar uma nova estratégia de biodiversidade para 2030. O fracasso na hora de travar a perda de biodiversidade em curso não é uma opção. Temos de ter êxito. Para o efeito, trabalharei, em primeiro lugar, no sentido de estabelecer um objetivo em relação à biodiversidade, equivalente ao objetivo climático de 1,5 °C adotado em Paris, e promover a adesão de todo o mundo a esse objetivo.

Para que a UE cumpra este objetivo ambicioso na Conferência das Partes na China, terá de dar o exemplo. É por esta razão que a presidente eleita me solicitou que examinasse um amplo leque de questões, desde a rede Natura 2000, a desflorestação, a degradação dos solos, a proteção das espécies e dos *habitats*, até à sustentabilidade dos mares e oceanos. A nível da União, isto implica melhorar a sustentabilidade da agricultura e das práticas de pesca e fazer face aos impactos ambientais do modo como produzimos, distribuimos e consumimos alimentos na Europa. Estou também convencido de que estas aspirações possam justificar rever a saúde dos solos. Precisamos também de aprofundar a nossa reflexão e as ações no sentido de encontrar soluções de atenuação e adaptação às alterações climáticas que sejam eficazes e baseadas na natureza. Por último, prosseguirei o objetivo essencial de financiar adequadamente todas as medidas que mencionei, não só através dos programas de financiamento público da UE, mas também mobilizando capitais privados por meio do Fundo Europeu de Investimento Sustentável, que deverá apoiar investimentos no valor de 1 bilião de euros na próxima década.

A preservação dos ecossistemas marinhos e costeiros e a utilização sustentável dos oceanos estarão no cerne das minhas preocupações na concretização do Pacto Ecológico Europeu. A perda de biodiversidade marinha enfraquece, de forma preocupante, o ecossistema oceânico e a sua capacidade para resistir às perturbações, adaptar-se às alterações climáticas e atuar como regulador ecológico e climático mundial. Neste domínio, tenciono centrar a minha ação em quatro linhas de trabalho principais. Em primeiro lugar, gostaria de ver alargadas as áreas marinhas protegidas, melhorada a conectividade entre elas e uma gestão mais eficaz das mesmas. Em segundo lugar, temos de continuar a envidar esforços para pescar de forma sustentável, com tolerância zero para a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, e eliminando práticas de pesca insustentáveis. Em terceiro lugar, devemos continuar a lutar para

reduzir a poluição, nomeadamente o lixo marinho, os microplásticos, o aporte de nutrientes e o ruído subaquático. Por último, precisamos de utilizar melhor as convenções marinhas regionais existentes para garantir que os mares se mantenham limpos, saudáveis e produtivos.

Em relação às florestas, prosseguirei a aplicação das medidas incluídas na recente comunicação da Comissão sobre a desflorestação.

7. Economia circular

Que medidas concretas irá propor para reduzir a pegada ambiental total da produção e do consumo da UE? Para além da questão da utilização dos recursos nas indústrias têxtil e da construção, que medidas fundamentais prevê propor no novo Plano de Ação para a Economia Circular e qual será o calendário dessas medidas? Que papel antevê para a bioeconomia da UE e como abordaria a questão de eventuais compromissos entre uma bioeconomia em crescimento e pressões ambientais mais intensas? Está disposto a optar por uma economia circular não tóxica, pelo desenvolvimento de ciclos de materiais não tóxicos, de modo a que os resíduos reciclados possam ser utilizados como fonte importante e fiável de matérias-primas? Que outras medidas legislativas e não legislativas prevê para combater a poluição causada pelo plástico, especialmente por embalagens de plástico?

Num mundo de recursos limitados, precisamos de encontrar novas formas de produzir e consumir que respeitem os limites ecológicos do planeta. A Europa ainda produz demasiados resíduos e desperdiça recursos, ao passo que aumenta a concorrência mundial para os recursos escassos. Hoje, ainda desperdiçamos 88 % do valor dos produtos comercializados. A presidente eleita confiou-me a responsabilidade de apresentar um novo plano de ação para a economia circular, coordenado pelo vice-presidente executivo, para cujo cargo está indigitado Frans Timmermans, como elemento fundamental do Pacto Ecológico Europeu. A minha intenção é ampliar a experiência adquirida até à data, sobretudo no quadro do primeiro Plano de Ação para a Economia Circular, e acelerar a transição da economia linear para a economia circular. Esta ação contribuirá significativamente para realizar o objetivo de uma Europa climaticamente neutra e para concretizar a nossa estratégia industrial, tirando o máximo partido das oportunidades criadas pela transição climática.

Precisamos de encontrar formas de reduzir ainda mais a pegada ambiental da nossa produção e consumo. Vou concentrar os meus esforços na eliminação progressiva dos produtos de utilização única ou de vida curta e na sua substituição por outros mais duradouros. Para o efeito, examinarei uma vasta gama de medidas para alcançar uma maior circularidade na nossa economia. Tomando como referência o primeiro Plano de Ação para a Economia Circular, devemos avançar no aproveitamento do potencial da abordagem do ciclo de vida. Em primeiro lugar, é necessário olhar para a fase de produção, por exemplo através de novas abordagens de conceção ecológica e da promoção mais ativa da reutilização e reparação. Em segundo lugar, precisamos de capacitar os consumidores, sobretudo fornecendo-lhes as informações de que necessitam para tomar decisões, por exemplo tomando medidas para garantir a fiabilidade das alegações ecológicas. O desenvolvimento da economia da partilha também deve ser apoiado, na medida em que contribua para a sustentabilidade ambiental. Do ponto de vista das autoridades públicas, devemos explorar melhor o potencial considerável dos contratos públicos ecológicos. Tal habilitará as autoridades públicas como compradores sustentáveis, contribuindo assim para orientar a oferta para produtos e serviços mais sustentáveis.

O meu objetivo será alcançar uma verdadeira mudança de paradigma durante o meu mandato, que consiste em passar da reciclagem à prevenção e minimização dos resíduos, em primeiro lugar. Este será o terceiro eixo da minha atuação. Velarei pela adoção urgente de medidas para prevenir a geração de resíduos, nomeadamente os relacionados com o desperdício de alimentos e outros fluxos importantes de resíduos. Para assegurar resultados satisfatórios, temos de desenvolver um quadro de acompanhamento sólido que permita avaliar os progressos e cooperar estreitamente com as partes interessadas. Por último, comprometo-me a obter um maior apoio à inovação, o que é uma condição essencial para a expansão das indústrias transformadoras, das tecnologias digitais e das novas empresas no contexto da economia circular. A transição para modelos empresariais sustentáveis deve proporcionar novas oportunidades, em especial para as pequenas e médias empresas. Para acompanhar este processo, e para além de reorientar os programas de financiamento para os domínios prioritários adequados, é necessário explorar o potencial de alavancagem do financiamento privado, nomeadamente no âmbito do plano de investimento para a Europa sustentável.

Todos os setores e empresas podem beneficiar da economia circular. Precisamos de adaptar as nossas ações aos desafios relacionados com o ciclo de vida dos materiais e dos produtos. Para além dos têxteis e da construção, estudarei opções para outros setores com utilização intensiva de recursos, como o da alimentação e as tecnologias da informação e da comunicação.

A bioeconomia representa o segmento renovável da economia circular. Embora renováveis, os recursos biológicos continuam a ser limitados. Por conseguinte, à semelhança de outros setores, a bioeconomia da UE deve integrar plenamente os nossos objetivos de sustentabilidade e circularidade. Todos os setores de produção primária e todos os setores económicos e industriais que utilizam recursos biológicos devem contribuir para os objetivos de travar a perda de biodiversidade e a degradação dos solos, pôr termo à poluição e alcançar a neutralidade climática até 2050. Para tal, a bioeconomia deve basear-se numa produção primária sustentável em terra e no mar e na utilização otimizada da biomassa. A conservação e a produtividade de ecossistemas saudáveis nos mares, oceanos, florestas e solos são fundamentais para uma bioeconomia sustentável. Para conseguir este objetivo, é imperativo criar sinergias entre as políticas em matéria de clima e ambiente e os instrumentos económicos, e continuar a abordar os impactos diretos e indiretos das alterações do uso do solo. Trabalharei em estreita cooperação com os outros membros da Comissão para alcançar esse objetivo.

Considero também que o reforço dos mercados de materiais secundários de alta qualidade é determinante para acelerar a transição da economia linear para a economia circular. Para tal há que gerar confiança na qualidade dos materiais secundários, pela melhoria dos conhecimentos sobre produtos químicos perigosos e o respetivo controlo, com vista a desenvolver ciclos de materiais não tóxicos. Devemos examinar como pôr à disponibilização de toda a cadeia de valor, informações sobre a presença de substâncias químicas que suscitem preocupação nos produtos, ao longo de todo o seu ciclo de vida. Os produtos químicos perigosos devem ser substituídos por alternativas mais seguras, e a conceção dos produtos deve basear-se na ponderação adequada da toxicidade dos materiais. É por isso que precisamos de garantir que os operadores de reciclagem tenham acesso a essas informações. Tal permitiria a utilização de resíduos reciclados como fonte fiável de matérias-primas secundárias. Como parte da ambição de pôr termo à poluição, será fundamental adotar uma abordagem abrangente que tenha em conta os produtos químicos perigosos, os pesticidas e os desreguladores endócrinos.

Por último, posso garantir que a poluição por plástico continuará a ser uma prioridade do meu mandato e que prosseguirei a luta para libertar os oceanos do plástico. Precisamos de aproveitar os progressos realizados em matéria de plásticos e ir mais longe, encontrando medidas concretas para combater os microplásticos. Em especial, agiremos com firmeza sobre os microplásticos deliberadamente adicionados. Pretendo identificar as aplicações do plástico para as quais as alternativas biodegradáveis possam gerar valor acrescentado para o ambiente, e estabelecer um quadro regulamentar claro. Em 2030, todas as embalagens de plástico devem ser facilmente reutilizáveis ou recicláveis. Temos de enfrentar o problema do excesso de embalagens e a prevenção dos resíduos de embalagens, em conformidade com a legislação na matéria. Por último, a luta contra a poluição por plásticos e o plástico de utilização única deve figurar entre as prioridades do programa das Nações Unidas e do G7, assim como nas relações bilaterais com os nossos parceiros. Sem uma ação internacional abrangente, liderada pela UE, não conseguiremos ter êxito

8. O 8.º PAA e estratégia de combate à poluição

De que forma irá o 8.º Programa de Ação em matéria de Ambiente apoiar e ajudar a concretizar o Pacto Ecológico Europeu (que prioridades, objetivos, instrumentos e medidas incluirá)? Que propostas e medidas concretas prevê no âmbito da nova estratégia transversal de combate à poluição e como tenciona garantir que todos os setores afetados beneficiem do devido tratamento? De que forma irá o trabalho referente à estratégia incidir na prevenção da poluição e refletir os princípios da precaução e do poluidor-pagador? No que diz respeito à poluição atmosférica, que medidas imediatas prevê para reduzir as emissões na fonte – nomeadamente da indústria, dos transportes, da agricultura e do aquecimento doméstico – e para assegurar que as normas da UE em vigor em matéria de qualidade do ar sejam respeitadas em todos os Estados-Membros, ao mesmo tempo que procura alinhar a legislação da UE com as orientações mais recentes da OMS, previstas para 2020/2021?

Estou plenamente consciente de que a política ambiental europeia tem uma longa tradição de programas comuns da União e dos Estados-Membros. A adoção de programas de ação em matéria de ambiente é uma exigência do artigo 192.º do Tratado. Considero que estes programas proporcionam um compromisso e compreensão partilhados dos desafios e objetivos da nossa política ambiental, segundo o acordado pelos legisladores. Este aspeto é importante para assegurar a aplicação coerente da política ambiental da UE, que está muito descentralizada entre a União, os Estados-Membros e os governos regionais e locais, em consonância com os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Com base na avaliação do programa atual, o próximo programa de ação em matéria de ambiente deve delinear melhor os objetivos definidos no contexto do Pacto Ecológico Europeu e contribuir de forma decisiva para orientar a sua aplicação efetiva no terreno. Tal contribuirá para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas sob a minha responsabilidade. Por último, será necessário acompanhar e avaliar os progressos no sentido de assegurar que a execução do programa continua no bom caminho.

Enquanto pai e cidadão, suscitam em mim grande inquietude a qualidade do ar que respiramos, a água que bebemos e o impacto dos produtos químicos e das emissões industriais na saúde dos nossos filhos e em todos nós. A saúde dos cidadãos europeus mais vulneráveis continua a ser desproporcionadamente afetada por estes perigos, apesar das melhorias globais da qualidade ambiental da Europa. É por esta razão que, na conceção de políticas ambientais

modernas, é necessário assegurar uma transição justa para todos. Nesta transição, nem todos começam a partir do mesmo ponto. É importante que ninguém seja deixado para trás. É por esta razão que, tal como a presidente eleita sublinhou, embora partilhando a mesma ambição, alguns poderão necessitar de mais apoio adaptado para o conseguir.

A presidente eleita encarregou-me de liderar a nossa ambição de pôr termo à poluição. Para tal, será necessária uma abordagem muito abrangente e transversal que permita combater todas as fontes persistentes de poluição, no pleno respeito dos princípios da precaução e do poluidor-pagador. Sem prejuízo da decisão final do Colégio, considero que há três grandes áreas de intervenção.

Em primeiro lugar, precisamos de reforçar as medidas destinadas a combater a poluição e as suas principais fontes e enfrentar de forma mais eficaz a contaminação persistente. O meu objetivo é abordar estas questões com iniciativas específicas em todos os domínios fundamentais em que precisamos de combater a poluição. Por exemplo, no domínio da água, temos de nos concentrar em fontes de poluição novas ou particularmente nocivas, como os nutrientes, os microplásticos e os produtos farmacêuticos. Precisamos também de combater as causas sistémicas da poluição e integrar a segurança e a resiliência dos recursos hídricos noutras políticas da UE. A nossa ambição de pôr termo à poluição não pode ser bem-sucedida sem enfrentarmos a utilização de pesticidas, um fator determinante da poluição da água e do ar. Em sinergia com a estratégia «do prado ao prato», devemos procurar reduzir a dependência dos pesticidas e estimular a adoção de alternativas de baixo risco sem recurso a produtos químicos. Trabalharei em estreita colaboração com o membro da Comissão responsável pela Saúde, sob a orientação do vice-presidente executivo do Pacto Ecológico Europeu.

Em segundo lugar, precisamos de intensificar a aplicação, trabalhando com todos os níveis de governo pertinentes, para alcançar progressos no terreno e promover medidas de sensibilização que acelerem as mudanças comportamentais na sociedade. É necessário estimular uma transição justa para modos de deslocação, consumo e produção menos poluentes. Comprometo-me a utilizar todos os instrumentos disponíveis para garantir que os resultados no terreno correspondem às obrigações legais e às expectativas dos cidadãos.

Em terceiro lugar, o êxito do Pacto Ecológico Europeu depende da mobilização do financiamento público e privado. Para o efeito, trabalharei com os meus colegas responsáveis pelos fundos agrícola e de coesão, mas também com os responsáveis pelo plano de investimento para a Europa sustentável, o fundo para a transição justa e o programa InvestEU, a fim de assegurar que esses instrumentos contribuam para concretizar as nossas prioridades.

Para concluir, sobre a questão da qualidade do ar, tenciono desenvolver esforços em torno de quatro grandes linhas de ação. Em primeiro lugar, prestarei todo o apoio possível aos Estados-Membros na aplicação das medidas que lhes são exigidas para cumprirem os limites máximos nacionais de emissões de poluentes atmosféricos. Para atingirem os seus objetivos, os Estados-Membros reduzirão drasticamente as concentrações de fundo na atmosfera e colocarão a Europa numa via de redução para metade dos impactos da poluição atmosférica na saúde. Em segundo lugar, defenderei uma abordagem de tolerância zero relativamente à ultrapassagem dos limites das normas de qualidade do ar nos Estados-Membros. Em terceiro lugar, será necessário abordar o quadro jurídico sobre a qualidade do ar para garantir que a qualidade do ar na UE satisfaça os pareceres científicos mais recentes, bem como melhorar a capacidade das autoridades nacionais e locais de agirem com mais determinação para pôr termo aos níveis excessivos de poluição atmosférica o mais rapidamente possível. Por último,

precisamos de combater a poluição na fonte. É por isso que, por exemplo, trabalharei em estreita colaboração com o meu colega responsável pela Energia, para reduzir ainda mais as emissões da produção e do consumo de energia. Trabalharei também com os meus colegas responsáveis pelo Mercado Interno e pelos Transportes para garantir que todo o sistema de mobilidade seja orientado para modos de transporte ativos e não poluentes, especialmente nas zonas urbanas, onde se concentra a maior parte da poluição, de modo a que os cidadãos possam beneficiar de alternativas viáveis e limpas. Precisamos de reduzir ainda mais as emissões de poluentes provenientes da agricultura, para o que será determinante a aplicação de uma política agrícola comum ambiciosa e a futura estratégia «do prado ao prato».